

João Brígido: uma revisão histórica

JOÃO ALFREDO MONTENEGRO (*)

São numerosos os artigos e apreciações críticas sobre a pessoa e a obra do denodado jornalista, historiador e político.

Com poucas exceções, todos mantêm um tom monocórdico, levantando as reações corajosas ou destemperadas do panfletário diante das provocações dos adversários/inimigos ou de situações de clamorosa injustiça, ou sustentando a oralidade e a intuição sociológica na narração dos acontecimentos e de quadros da realidade cearense, ou ainda combatendo públicas administrações e o comportamento de políticos que caíam no seu desagrado.

Cabe ao historiador aparelhado hoje com novos recursos metodológicos, atualizar os estudos sobre o admirável lutador, utilizando conceitos mais apropriados e seguros na seqüência de perspectivas mais aprofundadas e atentas à interdisciplinariedade, a um nível exegético que verticalize as diversas estruturas narrativas, as linguagens perfilhadas pelo nosso personagem.

A partir daí é que se podem apreender certas distinções ou estabelecer significados de algumas colocações importantes por ele feitas, ou encaminhar inferências valiosas que redundem numa visão renovada de uma escritura.

Nesse sentido, abrir-se-ia mesmo a possibilidade de se aperfeiçoar ou completar algumas raras intuições de historiadores ou articulistas ainda eivadas do factualismo, intuições essas que clareiam de súbito a ponta de um novo horizonte por onde devem entrar os pesquisadores, certos de que por aí se darão bem.

Historiador daquela estripe, Hugo Catunda deixou em clarividente página da imprensa de Fortaleza¹, intitulada "João Brígido, o

(*) Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

¹ Unitário, 15-7-1948.

jornalista e o político”, observações prestimosas que enriquecem o nosso tema, confirmando justamente o que se disse acima e arguindo o imperativo de abordá-lo com mais cuidado.

Assim:

“Desprezando a exegese profunda de sua obra e análise interpretativa da sua significação social e humana, os seus biógrafos recordam apenas a inclemência da farpa esfuizante com que a ferina dicacidade de J. Brígido, zurzindo homens e cousas, criou um anedotário maravilhoso que a lenda desfigura em exageros – apesar disso erigidas em verdade histórica pela fácil sedução do pitoresco”.

E o mesmo Hugo Catunda desenvolve aí uma argumentação que merece ser retomada e amadurecida, acerca do campo das idéias em que adentra João Brígido e da penetração psicológica de que é dotado, descendo à análise de costumes sob a ação de estilo dinâmico que cobre uma acesa dialética entre reminiscências do passado, uma forte memorialística e problemas do presente, alcançando o que denomina “filosofia dos acontecimentos”.

Por igual acentua o jornalismo doutrinário que praticou, de fundas implicações na percepção do pensamento de João Brígido, a reclamar urgente tratamento, para a dilucidação de uma vertente do Liberalismo entre nós e do materialismo de que se acusava adepto.

Como se vê, historiadores e jornalistas, integrando aquelas honrosas exceções, têm trazido indicações preciosas, constituindo fontes de informações para trabalhos ligados à dita revisão histórica.

Assim, o grande Antônio Drummond, fundador da “Gazeta de Notícias”, oferece um contributo inestimável aos estudiosos quando afirma:

“Divergimos do senso comum quando considera João Brígido um jornalista na mais ampla acepção do vocabulário: somos dos que o enfileiram entre os nossos mais eminentes publicistas – denominativo que melhor se coaduna com os seus escritos.

“Pelo versar diuturno dos problemas de interesse público e por terem sido as gazetas o veículo de seus estudos e de

seus ensaios, supõe-se que João Brígido era o tipo modelar do jornalista, quando a sua feição precípua era a publicista.”²

E prossegue o mestre da imprensa cearense fortalecendo a distinção entre as duas áreas.

Preceitua que tal distinção é bastante sutil, como a existente entre o tribuno e o orador.

Mas é o caráter intelectual do discurso que faz o publicista, embora constante das páginas dos jornais, dos periódicos. Assim como outros de renome na imprensa nacional.

Importante sublinhar, por outro lado, que as idéias libertárias de João Brígido comungam com o seu materialismo, a repercutirem em seus posicionamentos com respeito às questões sociais, na crista do avançado secularismo, muito próprio de um período que forcejava por se libertar das injunções eclesiásticas.

Havia, no país, uma tendência generalizada de se incrementar a autonomia do Estado, até mesmo a sua soberania, face ao poderio político da Igreja e, na continuidade do processo, face ao avanço das oligarquias que, com a República, fortalecem o seu poder nos Estados-membros, envolvendo-os e instrumentalizando-os.

De sorte que eles perdem muito de seus objetivos primordiais, desfigurando-se na missão pública a que foram chamados.

E, inegavelmente, assumem um forte ranço privatista/patrimonialista.

Vêm daí os desmandos, a corrupção sem freios, a privatização da instância pública, numa espúria aliança entre proprietários de terras e os agentes do Estado.

É através do jomalismo doutrinário que se firma a crítica mais sadia aos abusos cometidos em decorrência desse estado de coisas, desse aviltamento da função pública, permitindo que a elaboração do pensamento político, social e econômico se fizesse com mais propriedade e alcance no sentido da organização e aperfeiçoamento do Estado, das instituições políticas. Algo que transcorre em partilha com os acontecimentos, com um cotidiano que desnuda cruamente a realidade.

² Unitário, 7-12-1948.

Nisso se identifica melhor a nota ideológica daquele pensamento, a se circunscrever às circunstâncias emergentes.

Tal proporciona a concreção requerida pela doutrina, instaurando um significativo enlace entre a teoria e a *praxis*, não chegando, é verdade, a um grau ótimo de funcionalidade do pensamento, dadas as condições estruturais do período, porém incentivando uma percepção mais clara dos problemas que, de outro ângulo, encontravam uma abordagem mais densa entre alguns teóricos do Liberalismo, nas suas correntes conservadora e radical.

Impõe-se, a esta altura, examinar algumas teses ou propostas de João Brígido, nessa matéria.

Entre nós, ele foi o que mais o cultivou, e com alto descortínio, utilizando linguagens que se processam em diferentes níveis, alcançando mesmo o panfletário, quando dissecava energicamente mazelas e combate, personalismos exacerbados, embora seja ele também um vigoroso personalista.

E o teor doutrinário em apreço ganha mais consistência a partir de constatação de que João Brígido inclui nas suas análises e reflexões o espaço social, trazendo à mira do leitor retratos realistas da sociedade cearense, carências estruturais e conjunturais, episódios desabonadores ou reflexos da pobreza dos valores em jogo, da visão da elite, do atraso da população, vitimada por assustador analfabetismo e pela falta de recursos.

É nesse contexto que as leis se fazem inoperantes, alheias aos condicionamentos socioculturais do país, mormente as regiões mais atrasadas.

A respeito, o admirável jornalista dá-nos profunda lição, ainda hoje válida.

No artigo intitulado "Crescer para Baixo"³ tece uma sólida argumentação articulando legislação e cultura local, continuando a ser exigida nos dias atuais, principalmente quando começa a se valorizar e pôr em prática a participação popular nos destinos das comunidades espalhadas por este país afora, justamente no instante em que aflora com vigor uma intensa crise institucional, em conse-

³ Unitário, 6-7-1915.

qüência da histórica apropriação exaustiva da renda nacional, da cultura letrada, das instâncias políticas, dos grandes benefícios sociais, por uma elite egoísta e predadora que prolonga os excessos da oligarquia imperial e republicana.

Assim, no prefalado artigo, que tem por tema “as leis promulgadas na nacionalização do Brasil”, fala da contra-indicação de todas elas, referindo-se basicamente ao Ceará.

E acabaram elas, na sua habitual rudeza de expressão, por “achatar o nariz do povo”.

Começa por aludir ao momento da independência, 1822, quando “havia bruteza quase completa” no interior do Ceará, para não mencionar outros Estados da Federação, “não mais adiantados em teorias e práticas sociais”.

Lembra que a proclamada igualdade de todos os cearenses, a igualdade civil, expressa na primeira Constituição do país, os considerou habilitados para “o exercício de todas as funções cívicas”.

Mas foi uma conquista apenas formal. E explica: não existia o embasamento das letras e das ciências para se fazer efetivo o mandamento constitucional. De modo que aquela população interiorana não passava de “gado humano”, parafraseando Camões.

Nessas condições, perdurava uma grande diferença entre nossos avós, aos quais chama de “mui bestas”, parques ou nulos de conhecimentos letrados, sempre em desvantagem quando se relacionavam com os povos mais adiantados, intelectual ou economicamente falando, dispondo inclusive de maior disciplina. Mostra como por essa mesma época a proclamada igualdade social e política constituía, com efeito, letra morta, principalmente em virtude da efetiva divisão de classes, “classes que se repugnavam”. De um lado, estavam os brancos, separados dos mestiços ou crioulos e, mais ainda dos negros. O que ocorria ainda na prática da religião. Os pobres negros nem ousavam erguer os olhos para o céu, apegados à Nossa Senhora do Rosário. Só os brancos “enfiavam a opa vermelha do Santíssimo”; os mestiços, “opas verdes da irmandade das almas”; e os negros “opas brancas de mandapolão”.

E havia um reflexo desse *status* religioso no *status* político. Porquanto o acesso aos cargos públicos e ao exercício do voto era destinado apenas aos que pertenciam à irmandade dos brancos. Aos

mestiços reservavam-se os “lugares íntimos de aguazis, soldados de ordenança, etc”. Aos negros nada se concedia, privados que estavam da idoneidade cívica, condenados a serem “meros lotes ou bestas de carga, condenados a trabalhos para as duas classes supra, principalmente para os primeiros”.

Não subsistiam, portanto, condições reais para a real democratização das funções parlamentares, com a igual participação de classes “nobiliárquicas” e de classes “inferiores”.

Reforce-se a convicção da ignorância generalizada, afetando mais e mais o funcionamento das instituições políticas.

Veja-se como essa ignorância se espelha nos conselhos provinciais, outorga da Constituição de 1824, formados do que ele chama “um conglomerado de padres” desprovidos de saber, ignorantes ao extremo.

É com essa gente que, mediante o Ato Adicional, os ditos conselhos se convertem em assembleias provinciais, produto de remendo àquela mesma constituição.

A elas foram cometidas as denominadas *franquezas provinciais*, competência mais larga para legislar.

Malgrado o pequeno progresso daí advindo, asneiras e abusos em profusão foram cometidas por aquelas assembleias, levando-as quase ao ridículo completo, não formassem assento nelas pessoas formadas no Curso Jurídico de Olinda.

Sintomáticas as reiteradas referências de João Brígido à ignorância reinante, pondo em lugares eminentes homens despreparados, na esteira de uma indiscriminada democratização da população, para permanecer fiel à expressão do bravo publicista.

Assim era no Império, e continua ele dizendo que “a coisa não melhorou inteiramente” na república.

Trata-se de uma orientação de fundo embasamento iluminista, tão presente no pensamento de João Brígido. O qual cumpre ser esclarecido para melhor entendimento desse pensamento.

A posse da palavra assegura, por obra da educação, um instrumental poderoso de ação, que se segue à razão iluminada pelo saber.

Franqueia-se, dessa maneira, a linguagem racionalista, abrindo-se, diante dos pesados obstáculos colocados pela concentração do poder econômico nas mãos da elite proprietária,

favorecendo a robusta tradição conservadora, o conteúdo utópico do liberalismo radical.

João Brígido, dada a sua fluente heterodoxia, arrastando-o a um discurso extremamente matizado, não se apresenta *in totum* como um liberal radical, especialmente por suprimir a revolução do seu ideário, diferentemente de Cipriano Barata e de Frei Caneca, mas dele tira teses centrais. O que fica bem patenteado na crítica social que levou a termo justamente em razão de uma comunidade de perspectivas que abriga os ramos do Liberalismo, perdurando o *substratum* iluminista.

Nessas condições, o culto da palavra ressalta daí.

Proclama Cipriano:

*"Da palavra nascem a comunicação, a perfeição, a civilização, as artes, as ciências, e tudo que diz respeito ao adiantamento, melhorando cômodos, segurança do homem."*⁴

Daí a ansiedade de se divulgarem doutrinas e idéias no período, no meio do conflito político, com a certeza de que elas, assimiladas, levariam o homem e a sociedade ao progresso.

É o culto da palavra, que a racionalidade clássica instalou nos espíritos. Ela é associada à moral, às virtudes, transformando-os, dada a face voluntarista da razão. E do seu exercício dependendo da consumação dos objetivos da felicidade humana.

Eis aí o ponto central da inserção da utopia na temática racionalista.

É a imprensa, por isso, o órgão da felicidade geral por excelência:

*"É a imprensa, que aumenta a faculdade de falar, e de pensar, nos encaminha para defendermos, e segurarmos nossa liberdade civil, nossa igualdade social, nossa segurança natural, nossas normas de justiça, nossa felicidade neste mundo."*⁵

⁴ Sentinela da Liberdade, 10-05-1823.

⁵ Ibidem.

É que a Imprensa é o veículo da palavra-orientação, da palavra-ação, o portador de um dinamismo que só o voluntarismo poderia ensejar.

A Imprensa explora os confrontos radicais entre régulos, entre famílias poderosas, entre líderes políticos, a política patriarcalista, absorvendo os conflitos inter-raciais, os desajustamentos provenientes de larga marginalidade estrutural.

A própria inconsciência das causas e dos fatores dessa crise, desses conflitos, deveria provavelmente gerar a transferência para supostos fatores, como a ignorância, da origem de todos os males.

A imprensa, nessa concepção que, embora já mitigada, alcançaria João Brígido, compõe um processo educacional mais imediatista. É a da informação, doutrinária ou não, que colhe indistintamente a todas, a todos iluminando.

Como já referido, o denodado homem de imprensa empresta uma brilhante singularidade àquela concepção ao enlaçar o passado, e memorialística, ao presente, e, com isso, até arrefecendo o *tonus* racionalista da mensagem liberal, agora mais sensível a uma interpretação mais realista dos problemas políticos, econômicos e sociais, e numa perspectiva culturalista, autorizando a denominação *Liberalismo social* ao seu ideário. O que representa um considerável avanço nos estudos relativos ao admirável publicista.

Digo Liberalismo Social porque situa o problema de liberdade no interior da sociedade entrecortada por facções em luta, por conflitos sangrentos que se desenham em torno de interesses patrimonialistas, de uma estrutura de classes em função da qual se distribuíam o poder e a riqueza, deixando transparecer as carências maiores da população, propondo meios de preenchê-las dentro de uma ótica que privilegia obras públicas, o progresso econômico.

A feição culturalista desse Liberalismo Social se configura na recepção que faz dos valores próprios das etnias ainda em processo de miscigenação, eximindo-se da marginalização perpetrada pelo Liberalismo conservador, estruturalmente preocupado com a dimensão política formal, correlativa do empenho pelo poder.

Isso não significa que João Brígido elaborou uma obra sistemática nessa direção. Longe de mim afirmá-lo.

É preciso melhor compreender as grandes linhas do seu pensamento para avaliá-lo com segurança.

Trata-se de um discurso que é construído ao longo do tempo, durante uma dilatada trajetória de combates políticos, de resenhas sociológicas, de reconstituição do passado cearense, de discussão de velhos problemas econômicos.

É um discurso multifacetado reunindo gêneros diversos, tipos de linguagem, estruturas narrativas que formam algo complexo, demandando o auxílio da análise do discurso, o grande instrumento contemporâneo de avaliação aprofundada e concreta do posicionamento ideológico de um autor, das tendências do seu pensamento e da infra-estrutura lingüística que o sustenta.

Essa orientação metodológica mais avançada, aconselhada no caso de discursos complexos como o de João Brígido.

Evidente que aqui apenas o sugiro, apontando algumas diretrizes e leves exemplos de sua aplicação. Porquanto tarefa desse porte é assumida mais apropriadamente em outro espaço que não este.

Parece-me que entre aqueles discursos avulta o panfletário, ainda não devidamente investigado entre nós, e que reflete estruturas do poder ou posturas de vária espécie, notadamente autoritária ou continuamente personalista.

Ele pode indicar uma apropriação absoluta da fala, do universo de referenciais correlativamente ao domínio exclusivista da propriedade. Algo que entende com uma postura fortemente aculturada, que percorre os vários segmentos sociais nos países subdesenvolvidos, nos quais o caráter mimético dos valores e de normas, de comportamento dos segmentos "inferiores" é uma constatação de fato, apropriando-se da elite dominante.

Isso tudo em consequência da pouca dinamicidade em que é posta a cultura dos excluídos por força da dominação.

Então, as relações sociais não conhecem o diálogo ou o mantêm muito restritamente, favorecendo o autoritarismo, o personalismo, o unidimensionamento de pensamento.

João Brígido integrou uma elite, a letrada, que hauriu vigorosamente esse contexto cultural.

A nota panfletária do seu discurso bem o demonstra.

Não obstante a abertura que contém, aponta para um fechamento do eu, para o exacerbamento de uma posição que transborda tendencialmente para a violência, traduzida na proliferação de doestos, de ataques pessoais, quando não na acrimônia da linguagem.

O estilo polêmico-panfletário seria a exacerbação dessa linguagem, ganhando a dimensão plena da linguagem política, na qual emerge o sentido neurótico da *disputatio*.⁶

E não é a exacerbação das "posições" a projeção do fechamento de linguagem, que impede a composição dialética dos pontos de vista, o reconhecimento dos dinamismos sociais, um denominador comum de interesses em torno dos objetivos públicos, num período de intenso privatismo que cobria os segmentos da classe dominante, determinando que cada um deles guardasse intransigentemente a *sua* posição?

Daí não vinha que o campo do discurso, na contextura de proposições axiomáticas, de juízos absolutos, fosse o abrigo da certeza inquestionável, dos significados irremovíveis e seguros?

Ora, na prática panfletária isso se intensificava.

Os interesses políticos em jogo assim o ditavam.

As paixões eram gigantescas no tempo. O teor ideológico recrudescia, alcançando o *pathos* efervescente, numa circunstância vivamente conflitiva. E a nota conflitiva era mais intensa porque resultava de contraposição entre segmentos da elite dominante, que só conhecia uma linguagem: a do autoritarismo retórico.

Havia, então, a confluência do mesmo padrão lingüístico-ideológico, desconhecendo-se outros, apenas possíveis numa sociedade razoavelmente diferenciada.

Pois se houvesse tal diferenciação social, e com ele a diferenciação do discurso, da linguagem, quebrar-se-ia aquele autoritarismo. O tom exacerbado do discurso, da polêmica, arrefeceria.

Como dito, a modulação do discurso de João Brígido é um fato incontestado, em virtude de uma variação de estilo, da mudança ou da direção de abordagem, do acolhimento de maior ou menor consistência argumentativa.

⁶ Roland Barthes, a retórica antiga, in: Pesquisas de Retórica, Petrópolis, Vozes, 1975, p. 173.

Decorre daí que o bravo lutador se apresenta autenticamente como o polígrafo. O que dificulta sobremaneira a identificação do seu pensamento, requerendo do pesquisador alta qualificação para traduzi-lo com segurança.

Todavia, é a área do jornalismo doutrinário a mais adensada, a que mais dissemina as idéias, notadamente as idéias políticas de João Brígido, deixando espaço para as sociais, e num nível de aproximação ou de articulação entre elas mais fácil de ser apreendido.

A coisa se faz mais complexa e complicada ao se encetar o enlace no campo mais abrangente, totalizante, dos diferentes escritos, o do historiador, o do jornalista doutrinário, o do panfletário, o do cronista.

Nessas condições, demorar-se no jornalista doutrinário já representa uma grande iniciativa.

Aí reside o ponto-chave da elaboração de João Brígido, abrangendo uma síntese menor mais dilucidativa do seu pensamento, do ideológico sobretudo que ele foi, dominando a circunstância cearense.

Faz-se oportuna, porém, uma observação.

O esquema conceitual de João Brígido é bastante fragilizado, dada a sua incipiente formação científica.

Acrescente-se que as ciências sociais no tempo ainda não dispunham de alto rigor metodológico/epistemológico, especialmente entre nós.

A historiografia se derramava no factualismo, com exceção de Capistrano de Abreu, de uns poucos que soldavam a narrativa atrelada ao rigor documental com reflexões hauridas da realidade social, a denotar uma percuciente intuição.

Essa intuição constituía, na verdade, o grande recurso de análise da grande maioria dos escritores, dos que se debruçavam sobre o contexto nacional/regional, a partir de romancistas como Machado de Assis.

A essa regra não fugiria nosso João Brígido.

Dele diz com maestria Jader de Carvalho:

*"João Brígido senhoreava a intuição universal, porém faltavam-lhe a cultura geral e um método científico para tornar-se o cientista da história."*⁷

Literatura e História assentavam numa base narrativa comum, e esta era uma extensão daquela, e a constituírem uma visão peculiar da realidade social a repercutir na imprensa, na crônica, em todos os textos representativos de um alongado período, malgrado as variações acima tipificadas.

E aí a intuição sempre em primeiro lugar.

Eis que o grande analista dos nossos costumes faz dela a mola propulsora de articulação dos episódios e situações que descreve.

Tudo cai sob a sua genial intuição.

Então, oportuno ainda o testemunho de Jader de Carvalho:

*"João Brígido é o sociólogo intuitivo, que se deixa trair em tudo quanto escreve; no artigo de jornal, na crônica histórica, na narrativa humorística dentro da história social e política do Ceará, principalmente do Ceará rural."*⁸

Com efeito, este o traço mais sublinhado de sua obra, o que realmente mais lhe granjeou prestígio cultural.

Assim o afirma por igual Joaquim Alves, um daqueles poucos que enveredaram pela interpretação da História do Ceará, com talento e perspicácia.

Preconiza que João Brígido não teve o propósito de fazer sociologia, mas o fez espontaneamente, no curso das observações que tecia, findando por dar um quadro real da sociedade que lhe antecedeu, levantando fatos, manifestações culturais, tendências de um povo.⁹

⁷ Antologia de João Brígido, Fortaleza, Editora Terra do Sol, 1969, p. 9.

⁸ Ibidem, p. 17.

⁹ João Brígido, o Sociólogo, Unitário, 15-07-1928.

Ajudou-o muito nessa empresa a convivência prolongada nos sertões, tratando de perto com gente de várias camadas sociais e etnias, auscultando costumes, gestos, hábitos seculares, práticas econômicas, comportamento político, mentalidades, lutas de famílias, instituições.

Por isso mesmo, João Brígido constitui fonte obrigatória e instrumento de trabalho dos investigadores interessados na urgentemente pleiteada História Social do Ceará, atualizada em métodos e abordagens críticas.

Representa ele um desafio constante às nossas análises históricas, que se defrontam com questões deveras complexas face aos problemas contemporâneos, à crise descomunal que põe em cheque valores e instituições, renunciando mudanças que só perspectivas históricas trabalhadas inteligentemente pelo social darão a medida justa e racional dos nossos posicionamentos.